



ISSN: 2595-5713

Vol. 07 | N°. 13 | Ano 2024

# ELITIZAÇÃO EM “PARTIDOS HISTÓRICOS” COMO FONTE DE UMA FRACA CONVIVIALIDADE E DE GRAVES CONFLITOS SOCIAIS NA ÁFRICA AUSTRAL: UM ESTUDO COM ENFOQUE EM MOÇAMBIQUE

ELITISATION IN ‘HISTORICAL PARTIES’ AS A SOURCE OF POOR CONVIVIALITY AND SERIOUS SOCIAL CONFLICTS IN SOUTHERN AFRICA: A STUDY FOCUSING ON MOZAMBIQUE

**Martinho Pedro**

**RESUMO:** Com as independências na África Austral, obtidas por via armada, e a transformação de certos Movimentos Libertadores em autoproclamados Partidos Históricos, ao ter privilegiado a criação de elites, marginalizou uma franja significativa da população. Esse processo redundou em uma fraca convivialidade e em graves conflitos, pela falta de transposição dos ideais projetados por aqueles Movimentos para as respectivas sociedades na era pós-colonial. Tal é a análise desenvolvida no presente texto, com base documental e numa perspectiva histórica e comparativa, a partir das experiências da África do Sul, de Angola, do Zimbabwe e, fundamentalmente, de Moçambique.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Libertários/ “Partidos Históricos”; África Austral; Exclusão; Conflituosidade.

**ABSTRACT:** With the independence in Southern Africa obtained by armed means and the transformation of certain Liberation Movements into self-proclaimed Historical Parties, by having privileged the creation of elites, it marginalized a significant section of the population. This process resulted in poor conviviality and serious conflicts, due to the lack of transposition of the ideals projected by those Movements to the respective societies in the post-colonial era. This is the analysis developed in this text, based on documents and from a historical and comparative perspective, based on the experiences of South Africa, Angola, Zimbabwe and, fundamentally, Mozambique.

**KEY WORDS:** Libertarian Movements/ “Historical Parties”; Southern Africa; Exclusion; Conflict.

**Site/Contato**

**Editores**

Ivaldo Marciano  
[ivaldomarciano@gmail.com](mailto:ivaldomarciano@gmail.com)

Alexandre António Timbane  
[alexandre.timbane@unilab.edu.br](mailto:alexandre.timbane@unilab.edu.br)

## **ELITIZAÇÃO EM “PARTIDOS HISTÓRICOS” COMO FONTE DE UMA FRACA CONVIVIALIDADE E DE GRAVES CONFLITOS SOCIAIS NA ÁFRICA AUSTRAL: UM ESTUDO COM ENFOQUE EM MOÇAMBIQUE\***

Martinho Pedro <sup>1</sup>

### **Introdução**

Cinco dos demais países que compõem a África Austral foram, em termos estruturais e geopolíticos, largamente colonizados por três regimes minoritários que jamais quiseram anuir as aspirações de grupos endógenos que procuravam emancipar-se do longo período colonial por uma via negocial, tal como havia sido iniciado por Gana, em 1957, e continuado por diversas possessões britânicas e francesas nos anos subsequentes. Essa recusa suscitou, já na década 60, insurreições armadas em Angola e Moçambique, para se contrapor ao regime Salazarista de Portugal, na África do Sul/Namíbia, para combater o Apartheid, que vigorava, de forma incólume, nos dois territórios, e na então Rodésia do Sul, atual Zimbábue, para se contestar o regime Rodesiano de Ian Smith. Nestas possessões, os movimentos de libertação, formados para conduzirem o processo de emancipação política, projetaram uma ampla agenda social, centrada não apenas na libertação da terra, mas também de homens, em um contexto praticamente revolucionário, isto é, que prenunciavam mudanças radicais em relação ao período precedente. Para tal, antevia-se a extensão de benefícios sociais para os nativos residentes nos espaços coloniais, que antes gravitavam apenas entre a população da Europa e, de forma marginal, entre os assimilados à vida europeia. A realidade sociopolítica ora projetada previa romper um ciclo caracterizado por exclusões, sevícias, hibernações, desqualificações ou, de forma sumária, na colocação de grupos endógenos em uma condição subalterna e subserviente.

Por conta desse projeto manifestamente promissor, as lutas pela emancipação política em Moçambique, África do Sul, Angola e Zimbábue, que até ai eram territórios constrangidos, tiveram, unanimemente e de forma transversal, um amplo apoio massivo de grupos sociais urbanos e rurais, que viam as propostas das frentes libertárias como uma causa pela qual deviam lutar.<sup>2</sup> Foi dessas constatações que construiu-se o pressuposto de base e analítico da presente

---

\* Este texto resulta de uma comunicação oral apresentada em uma Conferência Internacional sobre Samora Machel e África Austral, realizada nos dias 1 e 2 de novembro de 2023, em Maputo.

<sup>1</sup> Docente-pesquisador da Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. [marpmatos@gmail.com](mailto:marpmatos@gmail.com)

<sup>2</sup> Aliás, muito mais do que estas identificarem-se pela causa emancipatória, as próprias frentes conduziram esse papel de convocar uma adesão popular mais abrangente, tal como revelam, por exemplo, os Estatutos da FRELIMO saídos do II Congresso do Movimento, em 1968, os quais deixavam expresso a necessidade de “REALIZAR A UNIDADE

discussão, evidenciando que todos os movimentos libertadores partiram de uma agenda socialmente massiva, a qual, direta ou indiretamente, propiciou a participação de diferentes grupos sociais e espaços territoriais em cada um dos países, por estes identificarem-se com o projeto da criação de uma sociedade pretensamente inclusiva. Entretanto, a situação pós-colonial criada em Angola, em Moçambique, no Zimbabwe e na África do Sul, com implantação de sistemas monolíticos, longe de ter propiciado aquela pretensão, engendrou um processo de elitização de um dos movimentos implicado nas frentes de combate. Esta situação teve, conseqüentemente, um impacto na redução da convivialidade entre aqueles e uma franja significativa da população, móbil de emergência e reprodução de agudas crises sociais nos quatro países considerados.

Usando um quadro comparativo e analítico, e com base nos princípios e forma de gestão política de quatro movimentos que conduziram a montagem dos Estados pós-coloniais na África Austral, nomeadamente, em Angola, Moçambique, África do Sul e Rodésia do Sul, doravante designado por Zimbabwe, o texto procura, em uma perspectiva histórica, identificar práticas que propiciaram o tal distanciamento entre os movimentos, que passaram a ser conhecidos ou auto-denominaram-se “Partidos históricos” e a população a que tais movimentos haviam-se proposto a estender e a garantir conquistas humanitárias, enquanto complemento da emancipação política, criando, em consequência, uma autêntica realidade paradoxal. Em ameadas vezes, para uma maior circunspeção faz-se recurso a processos que ocorreram no espaço moçambicano. Nesse debate, o primeiro empreendimento centra-se na discussão conceitual, envolvendo termos da temática, e em uma contextualização sobre dinâmicas decorrentes nas frentes de combate, propiciadoras de uma abordagem do conjunto social e espacial que objetivamente foi integrado no processo.

### **Por uma (re)contextualização de “Partidos Históricos/Libertadores” e de grupos/espços sociais implicados nas lutas de libertação**

Em Angola, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, existem termos comumente mobilizados, como o de “Partidos Históricos e ou Libertadores” ou do enaltecimento de certas figuras, em detrimento de outras, como, por exemplo, a atribuição de certos estatutos, como o de heróis, a pessoas de certas alas, mas com exclusão de pessoas com percurso similar. É assim que a primeira discussão se assenta em um reparo conceitual relacionado àqueles termos,

---

DE TODO O POVO MOÇAMBICANO, E MOBILIZÁ-LO PARA A LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL”  
Estatutos da FRELIMO, 1968.

recorrentemente partilhados na historiografia e no consumo mais amplo da sociedade, para designar os atuais partidos que vieram dos processos emancipatórios, tais como MPLA, a FRELIMO, A ZANU-FP e o ANC, representando Angola, Moçambique, Zimbabwe e África do Sul, respectivamente. Uma análise idêntica recai sobre a valorização de certas zonas e grupos sociais, em detrimento de outros, no quadro da sua participação ou não na guerra, sem, contudo, querer afastar a ideia de terem havido territórios e respectivos grupos sociais que sofreram mais sevícias que os demais. No âmbito da historicidade desses movimentos em um quadro em que houve alguma pluralidade de ações para a emancipação dos países acima mencionados, precisa-se situar aqueles quatro países em um contexto em que o MPLA, a FRELIMO, A ZANU-FP e o ANC, ao conduzirem tais processos e frentes de combate nos respectivos países para a obtenção da liberdade política, não o fizeram de forma isolada, mas no interior de um conjunto maior.

Para os momentos fundacionais dos processos de libertação, sabe-se que, a estilo do que ocorreu em Moçambique, com a FRELIMO, ela mesma funcionando como movimento para onde haviam convergido ideologias de três movimentos embrionários sedentos da emancipação, nos outros países da região, movimentos paralelos foram se desenvolvendo durante a guerra. De fato, no Zimbabwe, em Angola e na África do Sul, com alguma especificidade regional e temporal, desenrolaram-se processos, alguns deles semelhantes ao de Moçambique, já que nem sempre o sistema unionista prevaleceu, mas com o pendor de ter existido, pelo menos, mais de uma organização no processo de luta. No Zimbabwe, a ZAPU, de cuja cisão engendrou a ZANU, os dois movimentos tiveram que lutar juntos, de forma paralela, para depois se unirem, em uma fase ulterior, em uma frente, contra o regime opressor. O Movimento Popular de Libertação de Angola, (MPLA), lutou paralelamente com a UPA, (União das Populações Angolanas), convertida mais tarde em FNLA, (Frente Nacional de Libertação de Angola) e, posteriormente, com a União Nacional pela Independência Total de Angola, (UNITA), que, por sua vez, emergira de dissidentes da precedente FNLA, em Angola. Na África do Sul, o protagonismo do Congresso Nacional Africano ocorreu juntamente com o do Partido Comunista Sul Africano, com o PAC e, depois, com o Movimento da Consciência Negra. Neste último país, apesar dos movimentos terem lutado em um contexto paralelo ou em momentos diferenciados, como o que ocorreu com a emergência posterior do último movimento, expressaram, direta ou indiretamente, um espírito unionista<sup>3</sup>, ao suportarem o uMkhonto we Sizwe (MK), braço armado criado por Nelson Mandela, dentro do ANC. Aliás, deve-se sublinhar o papel do Congresso Pan-Africano (PAC, em inglês), cuja luta veio a ser marcante ao criar, também, o seu braço armado, o POQO,

---

<sup>3</sup> Quanto à implicação do Partido Comunista Sul Africano nas atividades do MK, vide Williams, 2004; Matozo, Pereira e Almeida, 2017.

---

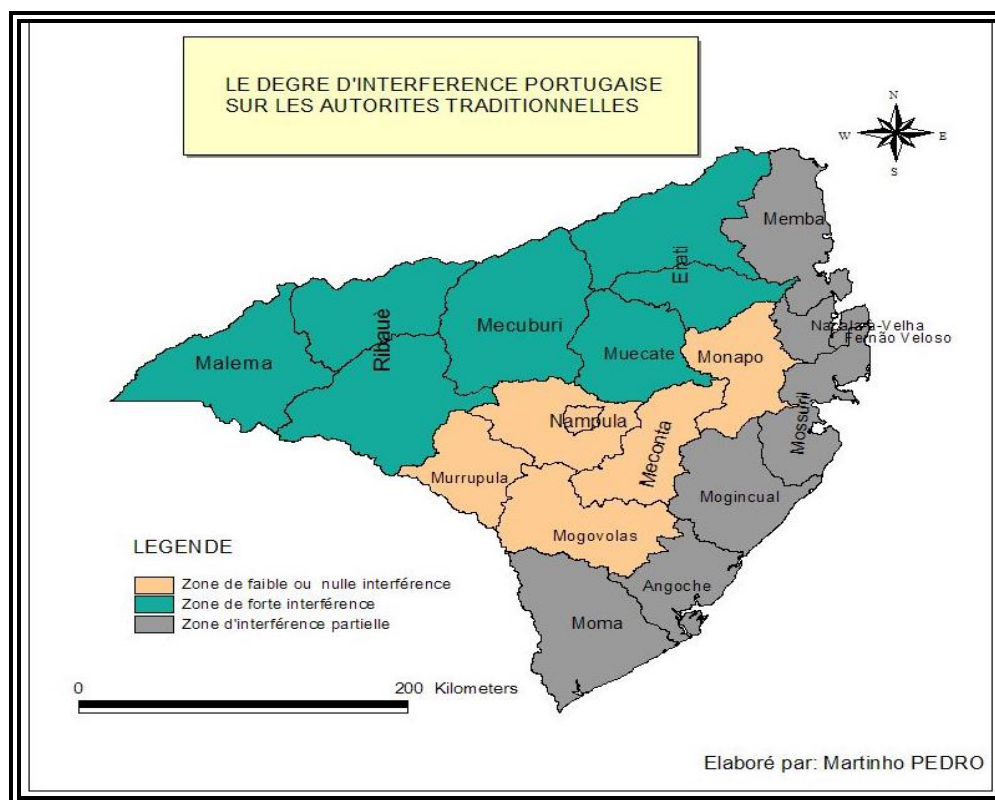
fundado, tal como o MK, em 1961, e rebatizado de Azanian People's Liberation Army (APLA), em 1968.

Tenha tomado um ou outro figurino, este primeiro momento não só era permissivo, como também era, em termos estruturais, uma necessidade imperiosa, na participação massiva ou na presença de várias frentes, já que o que importava era a emancipação política dos povos até aí constrangidos, como quem seguisse a célebre frase de Kwame Nkrumah: “Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento” (MAZRUI, 2010, p. 126 e 127). A primazia dessa conquista do reino político era premente, na medida em que seria impraticável que grupos colonizados pudessem expressar qualquer outra intenção sem conseguirem, primeiro, a tal emancipação ou liberdade política. Não foi por acaso que houve uma aderência massificada, implicando a participação, nessas lutas, de grupos sociais dos vários quadrantes dos quatro territórios coloniais da África Meridional, mesmo entre aqueles que jamais foram envolvidos diretamente em confrontos militares.

Foi assim que, como consequência dessa participação e apoio massificado, houve sacrifícios diretos e indiretos nas zonas rurais e urbanas, com prisões de indivíduos, repressões armadas e matanças, interferências políticas e estruturais sobre as formas de vida locais, limitação de movimentos, deportações de pessoas consideradas afáveis ou permissivas à presença dos então e diretos insurgentes contra o *status quo* do momento. Entretanto, o curioso é que, apesar de tais interferências terem ocorrido em todos os territórios ultramarinos envoltos em lutas de libertação, incluindo as regiões ou localidades que não foram inclusas em tais frentes de combate diretos, haja um tratamento preferencial de certas regiões, quando a matéria é avaliar os impactos da guerra colonial. Denota-se, de fato, uma quase exclusão destas, de parte delas. Entretanto, uma revisitação dos acontecimentos no terreno atesta a necessária mudança do paradigma de análise.

Partindo do exemplo de Moçambique, por mais que a historiografia do país dificilmente dê algum pendore a esses impactos às zonas que jamais tiveram frentes de combate, como foram os casos de Nampula ou sul de Moçambique, tal revisitação evidencia quanto os indivíduos posicionados nesses territórios foram quotidianamente também sacrificados. Nampula, mesmo sem ter tido uma frente ou presença de teatros de guerra diretos, teve reflexos imediatos das batalhas durante o período em que as populações do extremo norte da colônia eram acoçadas por combates armados. Como impacto direto desse desenrolar da guerra que decorria em Cabo Delgado e Niassa, Nampula teve o pico de deportações ou desterros das suas autoridades políticas nativas, interferências sobre os processos de sucessão dessas mesmas autoridades e na forma de gestão das comunidades locais, ações conduzidas pelo governo colonial português em

Moçambique (BRANQUINHO, 1969). O reflexo dessas interferências pode ser traduzido para uma carta do território que, por um largo período temporal, durante a colonização, foi conhecido por Distrito de Moçambique, situado na parte meridional da região então em guerra.



Legenda: Grau de manipulação das autoridades nativas em Nampula, por Portugal, anos 60 do séc. XX  
Fonte: Pedro, 2010, p. 608.

Pela carta, pode observar-se que, mesmo no interior desse território aparentemente menos implicado na guerra, houve diferentes graus de interferência das autoridades portuguesas sobre as nativas, sendo que, nesse processo, as mais atingidas dentre estas últimas, sinalizadas pela cor verde, situavam-se no aquém rio Lúrio, isto é, em território fronteiriço aos então territórios com frentes de combate, nomeadamente Cabo Delgado e Niassa, indiciando não ter sido uma operação ocasional ou fortuita. Tal operação foi conduzida para limitar ou romper pretensas ligações *linhageiras* existentes entre os chefes político-linhageiros, então denominados Autoridades tradicionais ou gentílicas, dos territórios de Cabo Delgado e de Niassa e os situados no então distrito de Moçambique, atual Nampula, envolvendo o grupo etno-social macua, (BRANQUINHO, 1969; PEDRO, 2010), que povoa parte substancial dos primeiros territórios e quase a totalidade deste último. A esse propósito, um exaustivo levantamento, feito na segunda metade dos anos 60 do século XX, revela que as prisões daquelas autoridades haviam atingido uma cifra “(...) superior a 90% de todos os regedores existentes nas então circunscrições de Erati, de Muecate, de Malema e do Ribáuè, [enquanto] em certos territórios, todas as autoridades

aí existentes foram, sem exceção, aprisionadas, como foi o caso da circunscrição de Mecubúri” (PEDRO, 2010, p. 607).

Por sua vez, o extremo sul de Moçambique, tal como evidencia a relação nominal de presos existente nas diferentes divisões da Penitenciária de Mabalane, Província de Gaza, indicia resquícios diretamente ligados ao que estava acontecendo no teatro de guerra presente no outro extremo de Moçambique, na medida em que a exacerbação das frentes de combate, nessa parte setentrional da colônia, implicava, para o regime colonial, a todos os nativos da colônia. Por esta via, e no caso em epígrafe, a noção segundo a qual apenas algumas parcelas de Moçambique é que tiveram sevícias ligadas à condução da guerra de libertação, como o foram as zonas com frentes de combate, notadamente, Cabo Delgado, Niassa e Tete, torna-se questionável. Nem a realidade ocorrida em Nampula, tão pouco a que se desenrolou na região sul de Moçambique, podem ser menosprezadas na historiografia de Moçambique, no quadro dos impactos da guerra colonial ou de libertação do país. De igual forma, pode dizer-se sobre Angola e África do Sul, onde, no primeiro país, por mais que o MPLA tenha estado em quase em todos os espaços da colônia, outros movimentos, como a UNITA, manifestaram-se em outras parcelas territoriais, significando uma reação indiscriminada contra o sistema colonial português e impelindo que este reagisse sobre todos os grupos sociais nelas presentes. Da mesma forma, pode se conjecturar que, por causa da exacerbação da luta conduzida pelo Congresso Nacional Africano, (ANC), na África do Sul, o regime do Apartheid elaborou leis proibitivas<sup>4</sup> não apenas para os membros daquela organização, mas para todos os grupos nativos e excluídos sul-africanos. Ademais, tenha sido em Moçambique, em Angola, na África do Sul ou no Zimbábue, as distintas frentes emancipatórias ao projetarem, ainda nos primeiros momentos da sua formação, um tipo de sociedade igualitária, contemplando toda a extensão territorial de cada uma das colônias, implicaram, automática e indiscriminadamente, a todos os espaços pertencentes aos futuros Estados-Nações, englobando, por isso, todos os grupos sociais neles presentes. Por via desse envolvimento generalizado, todos os movimentos conducentes à libertação dos territórios ultramarinos, até aí dirigidos por grupos sociais exógenos, tiveram, segundo sua natureza e sua pujança, o seu contributo, dando premissas para um equitativo clamor generalizado, cujo esforço

---

<sup>4</sup> A este propósito, o recrudescimento da luta conduzida pelo ANC foi seguido pela introdução de medidas repressivas para todos os negros, interditando-se o direito à reunião, promovendo-se vigilância e perseguição policiais, dissolvendo-se os partidos políticos, bem como introduzindo-se, entre 1950 e 1959, leis restritivas sobre diversos domínios tais como o *Group Areas Act* [lei sobre as zonas de residência], separando os sul-africanos em função da sua raça; o *Suppression of Communism Act* [lei sobre a repressão ao comunismo], o *Native Labour (Settlement of Disputes) Act* [lei sobre a mão de obra indígena, arrancando dos trabalhadores africanos o direito à sindicalização e ao empreendimento em negociações coletivas]; o *Criminal Law Amendment Act* [emenda ao código penal], impedindo qualquer crítica o sistema; o *Mines and Works Act* [lei sobre as minas e as usinas, que impede ao

conjunto contribuiu para a instauração das independências sociopolíticas dos respectivos países. E se basear-se em Bloch (1984), de que sempre que ações de um grupo humano deixem algum vestígio, não importando qual for, e tal vestígio ao refletir-se sobre acontecimentos que ocorreram em um certo local, deve aferir-se como ato histórico, no caso dos Movimentos, a situação impele à reavaliação de todos os que participaram nesse processo de luta como sendo, também, históricos. Neste diapasão, o conceito de “Partidos Históricos/Libertadores”, muitas vezes usado para enaltecer apenas o papel dos que, depois da condução dos processos emancipatórios, tiveram o privilégio de implementar, com a independência, uma agenda estatal nos respectivos países, mostra-se desconexo. Tal desconexão advém do facto de deixar de lado os outros processos e movimentos que, até este marco de mudança, conduziram, também e paralelamente, a emancipação dos respectivos territórios.

Pode dizer-se, com poucas reservas, que um exercício que vá em uma direção diferente da lógica anterior retira, de forma clarividente, a historicidade dos demais movimentos e do conjunto, dando origem a uma certa falsidade conceitual e histórica. De fato, tenha resultado de uma condição unionista, como o que ocorrera em Moçambique, com a formação de uma única frente inicial, a Frente de Libertação de Moçambique, (FRELIMO), a partir da fusão de três movimentos de libertação, nomeadamente, a UDENAMO, UNAMI e MANU; ou, de uma condição paralela ou marcando alguma simultaneidade, como o que ocorrera com a MPLA, a FNLA e a UNITA, em Angola, com a ZAPU e a ZANU, no Zimbabwe, e com o ANC, o PAC e o Partido Comunista Sul Africano, na África do Sul, todos eles tiveram uma participação assinalável no processo de luta. A eleição de única ala, cimentando o protagonismo de um dos grupos de cada território, a partir do processo negocial para a obtenção da independência, com o MPLA, para o caso de Angola, a ZANU, no Zimbabwe, a FRELIMO, em Moçambique ou o ANC, na África do Sul, mesmo que todos eles, ao que as evidências indicam, tenham tido o pendor de maior expressividade territorial nos teatros das guerras, tal realidade não terá significado, entretanto, o domínio absoluto de todo o espaço colonial que devia ser emancipado. E se assim não foi, abre a possibilidade para a integração de outros atores que também ocuparam outras camadas e desenvolveram teatros operativos, por mais que tenha sido de forma parcelar.

Ao terem sido colocadas em uma condição periférica, todas as outras organizações que no período precedente haviam assumido protagonismos semelhantes ao da organização que passou a liderar a construção do Estados-Nação em cada um dos quatro países considerados, asfixia, praticamente, o protagonismo daqueles, criando, de alguma forma, uma parcialidade e falsidade

---

negros o acesso a posições qualificadas nas minas e a adoção, em 1959, dos Bantustões, como defesa de uma autonomia Bantu, mas que, em última instância, reforçava o *Group Areas Act*. Vide Chanaiwa, 2010, p. 306-307.



históricas. Não é por acaso que fazendo uma história deste tipo “... a partir de um único foco, quando não de uma única instituição, é algo que procede da impostura ou da tirania” (FERRO, 1994, p. 298). Com a instauração dessa exclusão, iniciou um constructo político atípico, o qual perverteu o que deveria ter-se manifestado enquanto protagonismo objetivamente coletivo, expressão das várias realidades sócio territoriais protagonizadas por outros grupos. No seu lugar, tal protagonismo foi substituído pela montagem de uma história grupal ou particular<sup>5</sup>, escamoteando-se realidades que interna e anteriormente haviam realmente acontecido integralmente nos mesmos territórios.

O percurso histórico mostra, ainda, que mesmo sendo uma frente, poderiam, e puderam aglutinar, no seu interior, várias sensibilidades, cujos respectivos cultores teriam gostado de vê-las refletidas depois de vencido o fator político externo ou constrangedor que, antes, impedia a manifestação de um pensamento diferenciado, por conta do domínio colonial. Nesse contexto, por mais que tivessem conseguido esse privilégio de conduzir o processo da construção do Estado-Nação nos respectivos territórios, como no caso de Moçambique, com a FRELIMO, ou no Zimbabwe, com a ZANU-PF, resultante da fusão da ZANU e a ZAPU, conhecendo as suas origens unionistas para a luta, de três movimentos, em 1962, para o primeiro caso, e de dois, para o segundo, de 1976 para diante, deveriam ter acomodado as múltiplas orientações presentes naquelas origens, logo depois do afastamento do fator externo. De fato, tal união jamais significou a fusão de ideais políticos dos distintos membros que as frentes de combate daí resultantes haviam aglutinado, quanto à visão diferenciada de como o processo emancipatório deveria ser conduzido e como a governança pós-colonial deveria ser conduzida. Exemplos a esse respeito não faltam, na medida em que certos processos (subsequentes ao início das lutas pela emancipação, ou, já trilhando o seu próprio destino), nos novos Estados chegaram a aparecer reclamações de protagonismos hibernados. Para o caso de Moçambique, são sinônimos da onnipresença de interesses e formas de pensar diferenciados, mesmo durante e para o processo da condução da luta, os conflitos internos marcantes na Frente de Libertação de Moçambique, os quais manifestaram-se um ano depois do início da luta, com a saída de membros da Frente de Libertação de Moçambique, ao ponto de formar-se uma nova frente - a COREMO, a 31 de março de 1965, (GARCIA, 2001), ou os ocorridos internamente durante todo o percurso, com o seu auge quatro/cinco anos depois do início da luta<sup>6</sup>, em parte resolvidos durante o II Congresso da

---

<sup>5</sup> Para uma explicação exaustiva de como os partidos libertadores apropriaram-se da história dos respectivos países e, especificamente para a história de Moçambique, veja Matsimbe, 2017, p. 68-70.

<sup>6</sup> A situação descrita por Uria Simango, em 1969, como sombria, na FRELIMO, indicia a prevalência das diferenças dentro da organização, as quais, tal como se opina nesta discussão, deveriam ter sido sabiamente acomodadas quer durante o processo de luta, ou logo depois da emancipação política de Moçambique. Quanto a essa realidade sombria na Frente de Libertação de Moçambique, vide o respectivo texto em [Moçambique para todos: SITUAÇÃO](#)

FRELIMO. Aliás, o fim da luta pela emancipação política, conduzida por esta frente de combate, terminou com a identificação de contrarrevolucionários ou reacionários, cujos nomes eram recorrentemente enunciados em cânticos promovidos pelo “Partido de Vanguarda”.<sup>7</sup> Zimbabwe teve um percurso similar, na medida em que, poucos anos antes da independência deste país, houve uma fusão dos dois movimentos para combater o mesmo regime. Entretanto, durante os 10 anos que se seguiram à independência, formalizaram-se críticas contra a presença ou ação de um pensamento unitário, por sinal, em um governo de união dos dois protagonistas que, anteriormente, haviam trilhado, de forma independente, para o mesmo objetivo: derrubar o regime de Ian Smith. Essa contestação jamais parou, continuando até aos dias atuais. Finalmente, a assunção de que nem todos foram partidos desde as origens, como revelam os exemplos da FRELIMO, que se transformou em tal dois anos depois da promulgação da independência nacional de Moçambique, durante o seu terceiro Congresso, em 1977, mas com ações iniciadas em 1974, com a formação da Escola do Partido (MACHEL, 1977) e do MPLA, cuja constituição em Partido do Trabalho ocorreu a 10 de dezembro de 1977, tal como provam os respectivos estatutos do Partido <sup>8</sup>, estes, à exceção do ANC, podem ver a sua existência, como tal, reduzida temporalmente. Correlativamente, tal realidade pode colocar em uma condição idêntica os movimentos que passaram a ser ignorados com a instauração das independências.

Resumidamente, pode dizer-se que a existência de conceito de Partidos Libertadores e/ou Históricos carece de uma nova contextualização, para deixar de ser aplicado apenas aos que, depois da independência, conduziram os processos de implementação de agendas político-administrativas na África Austral. No caso vertente, por mais que os nomes dos movimentos tenham sido inalterados, nem sempre tiveram o mesmo caráter quanto à sua estrutura, funcionalidade e incidência durante o percurso da luta. A FRELIMO, a ZANU-PF, ou o MPLA, ainda que mantendo a mesma denominação, nos percursos que os conduziram à independência, mostraram que eram Frentes ou Movimentos, tendo virado Partidos em uma fase ulterior. Finalmente, fica evidente que mesmo as zonas e os respectivos grupos sociais que não foram diretamente envolvidas em frentes de combate, merecem o respectivo tratamento quando o assunto for os impactos das guerras coloniais, na medida em que estes recaíram, com menor ou maior grau, sobre todos eles. Tal realidade deságua, ainda, sobre a heroicidade que, no mesmo diapasão, ao ser atribuída a indivíduos de certas alas, vai em contrassenso ao que realmente ocorreu no terreno, quanto aos diferenciados protagonismos desenvolvidos.

---

[SOMBRIA NA FRELIMO, por Uria. T. Simango \(1969\) \(blogs.com\) para além dos pressupostos que conduziram a realização II Congresso da Frente, realizado em 1968, no interior de Moçambique, especificamente em Matchedje.](#)

<sup>7</sup> Nomes como o de Nkavandame, Uria Simango, Murrupa, entre outros, eram ouvidos nessas canções.

<sup>8</sup> Estatutos do MPLA, edição de 2017, p. 8.

## **Um elitismo nos movimentos emancipatórios definido aquando da instauração dos Estados pós-coloniais**

O processo da emancipação política na África Austral partiu, regra geral, da projeção de benefícios sociais para todos os grupos que, até aí, encontravam-se enquadrados na condição subalterna, por causa de uma situação colonial imanente, cujas relações eram antitéticas e antipodais, com os adereços culturais dos dois grupos a serem classificados de forma binária e julgados de forma ambivalente. As frentes/movimentos, ao partirem de um projeto revolucionário, almejavam relações simétricas, de reciprocidade, igualitárias, entre os diferentes membros presentes no mesmo espaço territorial, isto é, verdadeiras sociedades pós-coloniais inclusivas. Tal novo caráter era para, justamente, contrastar com a situação periférica e ambivalente prevaente nos espaços coloniais, durante o momento da imposição e prevaência dos ditames metropolitanos. Regra geral, e de acordo com Chanaiwa,

Os movimentos de libertação reivindicavam-se, portanto, de uma ideologia global, emancipacionista, cujos principais elementos eram: a rejeição absoluta do imperialismo, do colonialismo, do racismo e do capitalismo, ...[com a extensão] dos direitos fundamentais da pessoa humana; [de] relações privilegiadas com o proletariado urbano, com a massa camponesa e com os intelectuais progressistas, considerados como a ponta de lança revolucionária do processo de libertação; a adoção das teses do socialismo científico marxista-leninista, em matéria de produção, de distribuição, de consumo e de relações sociais; (...) (p. 318-319).

Quanto a esta adoção das teses do socialismo científico marxista-leninista, indicadas por Chanaiwa em matéria de produção, de distribuição, de consumo e de relações sociais equitativas, Mazrui assinala que “(...) quase todos os países africanos que alcançaram a sua independência entre 1975 e 1980, (...) opta[ram], no plano ideológico, por uma orientação de esquerda: esse foi o caso de todas as antigas colônias portuguesas<sup>9</sup> e do Zimbábue” (2010, p. 17). No seu início, mesmo que não tenha abraçado o sistema, a África do Sul projetou, também, um período pós-colonial com idênticas oportunidades para todos, primeiro, quando o ANC formou, em 1949, com os indianos, mestiços e brancos liberais, uma Aliança dos Congressos, que elaborou um “Programa de Edificação da Nação” (CHANAIWA, 2010, p. 306) e, em 1955, organizou-se, no mesmo território, um pacto, cujo

(...), Congresso dos Povos, no qual africanos, mestiços, indianos e brancos estavam representados, adot[ando] uma “Carta das Liberdades para a África do Sul Democrática do Futuro”, preconizando uma África do Sul livre, unida e não racista, e deliberou uma Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana (*Ibid.*).<sup>10</sup>

Na sua ação singular, o ANC projetou, de forma clara, uma pátria inclusiva, onde todos partilhariam idênticas oportunidades, tal como ficou espelhado na Carta da Liberdade da organização, o escudo de reivindicações daquela organização, na qual vinha expresso que:

The people shall govern. Every man and women shall have the right to vote and to stand for election to all bodies which make laws. All national groups shall have equal rights. The people shall share in the country’s wealth. The land shall be shared among those who work it. All shall have equal rights before the law. All shall enjoy equal human rights. There shall be work and security. The doors of learning and culture shall be opened. There shall be houses, security and comfort. There shall be peace and friendship (WILLIAMS, 2004, p. 5).

No caso vertente de Moçambique, aquando da sua formação, a Frente de Libertação de Moçambique, FRELIMO, definiu-se, segundo Garcia, (2001) como uma organização política constituída por:

(...) moçambicanos, sem distinção de sexo, de origem étnica, de crença religiosa, ou de lugar de domicílio, [tendo por objetivo] (...) a liquidação total, (...) da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios do colonialismo e do imperialismo, a conquista da independência (...), e a defesa e realização das reivindicações de todos os moçambicanos explorados e oprimidos pelo Regime colonial português (p. 81).

No Zimbabwe, durante a condução do processo emancipatório, houve várias negociações ocorridas entre 1964, ano do início da luta naquele país, e 1980, ano da proclamação da independência. Uma proposta de convivialidade entre os protagonistas da luta pela independência, assinada a 3 de março de 1978, projetava uma situação pós-colonial, incluindo:

- (i) o princípio da maioria, sufrágio universal e reconhecimento do direito ao voto para todos os cidadãos africanos com idade maior de dezoito anos;
- (ii) a abolição das leis racistas;

---

<sup>9</sup> Recorde-se que, no caso da África Austral, faziam parte destas, Moçambique e Angola, mobilizados na presente discussão.

<sup>10</sup> Lembre-se esta adoção das liberdades, da união e do não racismo ou a extensão dos direitos fundamentais para todos como crucial para um país em que, legal e expressamente, encontrava-se sob rígidas leis do *Apartheid*, através dos diferentes *Acts*, parte deles reproduzidos na nota 4 da presente discussão.

- (iii) a redação de uma declaração dos direitos;
- (iv) a constituição de um governo de transição, no qual africanos e europeus dividiriam o poder entre si e em partes iguais (CHANAIWA, 2010).

Da mesma forma que nos outros países, em Angola, a formação dos movimentos de libertação, e fundamentalmente do MPLA, o movimento do qual quer aferir-se a metamorfose política entre o projetado e o concretizado no terreno, introduziu um roteiro que veio a ser seguido, na década subsequente, por Moçambique, já que, na gênese daquele, a 10 de dezembro de 1956, preconizava “(...) como Programa Maior, a construção de uma sociedade justa, democrática e pluripartidária, de bem-estar e progresso social, livre da exploração e da opressão do homem angolano”.<sup>11</sup>

Tenha sido engendrado por uma questão de protagonismo, de anterioridade ou por via da condução de maiores frentes de combate, como o foi com a FRELIMO, em Moçambique, com o MPLA, em Angola, ou com ANC, na África do Sul, ou, coincidentemente, tenha resultado de forma fortuita ou intencional, com as escolhas, muitas vezes, determinadas pelos interesses ocultos do país colonizador ou do posicionamento das agências internacionais sobre a realidade de uma colônia, como o que ocorreu com Angola<sup>12</sup>, a independência, nesses países, foi negociada por única frente, colocando de lado os demais movimentos. Dessa forma, da maneira como as independências foram engendradas, nos distintos novos países, projetava-se, daí para diante, a formatação de uma história monolítica, em detrimento de uma história que pudesse representar o que havia propiciado a convergência de vários ideais para a organização de frente única, como o que ocorrera em Moçambique e, em uma fase posterior, no Zimbábue, ou de frentes paralelas, como o que havia ocorrido em Angola, na África do Sul e, em sua fase inicial, no Zimbábue. Por esse monolitismo, inicia-se um processo de exclusão<sup>13</sup> a todos os que não se constituíram em

---

<sup>11</sup> Estatutos do MPLA, edição de 2017, p. 8. Quanto a este último aspecto indicado nos Estatutos do MPLA, no caso moçambicano veio a ser expresso “Exploração do Homem pelo Homem”.

<sup>12</sup> A independência política de Angola foi marcada pela vitória do MPLA, que então havia proclamado a independência em Luanda. A recusa por único protagonista no período pós-colonial em Angola era espectável, na medida em que, nos derradeiros momentos da colonização, Portugal havia negociado, em Alvor, o processo da independência da então colônia, envolvendo os três movimentos de libertação que haviam conduzido as suas frentes até ao alvorecer da emancipação. Esse processo impeliu que houvesse uma proclamação simultânea da independência, com o MPLA, em Luanda e a FNLA/UNITA em Huambo, cuja rigidez subsequente do primeiro movimento conduziu à imediata guerra civil. Ademais, a divisão de votos a favor e contra à continuação de única organização na condução dos destinos do país, situada nos 50% entre os membros da OUA, (vide MAZRUI, 2010, p. 260), teria agudizado a sensibilidade da presença de uma entrega fortuita do processo pós-colonial ou na prevalência de uma das frentes de combate na condução dos destinos de Angola.

<sup>13</sup> Uma observação atenta ao que aconteceu em certas organizações paralelas às que tiveram o protagonismo de formar os novos Estados-Nações pressupõe que a exclusão daquelas foi, por vezes, até justificada, como o que ocorreu provavelmente com o COREMO que, internamente, teve grandes dificuldades para se afirmar como uma organização coesa.

organizações dirigentes de cada um dos países em análise, embora anteriormente tivessem tido um protagonismo e, com alguma pujança, no momento da condução das frentes de combate.

Para todos os efeitos, uma resultante comum nos quatro países em análise ficou assente: a instauração das independências em Angola, Moçambique, Zimbabwe e África do Sul coincidiu com a criação de elitismos e marginalização de todos os indivíduos que, a partir desta altura, não se identificassem com os ideais e os ditames dos únicos movimentos que tomaram as rédeas do funcionamento dos respectivos países. Entretanto, tal protagonismo histórico, apontado por alguns partidos, acaba sendo falacioso, na medida em que, tal como apontou-se mais acima, estes novos protagonistas estiveram lado a lado com outros movimentos, com idêntica filosofia de libertação, com o mesmo vigor de ação combativa, e agregando uma camada expressiva de população e território, mas que, logo depois das independências, foram ignorados. Tal caráter unitário generalizado, justificado como imperativo de unidade nacional, ao ter se moldado sob forma de pensamento único, por via de um Partido-Estado, longe de acomodar as várias sensibilidades, tal como parecia expressar, cortou imediatamente qualquer outra forma de pensamento, à exceção à dos Antigos Combatentes (Moçambique) ou antigos combatentes e veteranos da Pátria (Angola). Aliás, tal beneficiação parcial foi também destinada aos indivíduos ligados às organizações conexas aos novos partidos, como a OMA (Organização da Mulher Angola), em Angola; ou a OMM (Organização da Mulher Moçambicana), em Moçambique; a JMPLA, organização juvenil do MPLA, em Angola; ou a Organização da Juventude Moçambicana, em Moçambique. Isso significou, correlativamente, o início da beneficiação de um grupo e a exclusão teórica e prática das outras pessoas e grupos, numa lógica de diferença entre os pares. Inicia-se, desta forma, a construção interna de “Outros”, algo que havia sido característico no período precedente, em que tal “Outro” situava-se na relação entre o colono e o colonizado, entre os portugueses e os moçambicanos, entre europeus e africanos.

O processo posterior ao da emancipação política ocorrida nos países em análise permeia uma equiparação com dois processos conduzidos no século XIX para a África e no interior dos espaços coloniais da África Austral, quando da emancipação de homens escravizados. De fato, a introdução do capitalismo foi acompanhada por um salto emancipatório daqueles para a categoria de homens livres em virtude de ter havido:

(...) campanhas contra o tráfico de escravos promovidas pelas sociedades filantrópicas europeias e aplicadas na prática pelos governos das metrópoles, constitui[ndo] a outra face d[o](... processo de proletarização, [já que](...) o capitalismo só podia vigorar com a exploração de assalariados, [e] não de [Homens] escrav[izad]os” (BERNARDO, s/d., p. 33).

Na região austral, àquela fórmula foi acrescida uma outra de Cécil Rhodes, baseada em uma «Filantropia mais cinco por cento», indiciando que nem todos os libertos poderiam ser aproveitados pelo sistema. Foi do complemento destas duas fórmulas que se sistematizou uma similar, já depois das independências, por mais que tenha sido, provavelmente, de forma inconsciente ou acidental, pela qual pese, embora os movimentos de libertação tivessem conseguido a independência, tal aquisição não seria sinônimo de integração de todos os grupos. Por via dessa regra, houve a integração de um pequeno grupo de pessoas dos demais que haviam adquirido a liberdade, cientes de que os poucos integrados serviriam de exemplo de uma miragem, consubstanciando um devir para os outros que estivessem longe do círculo dos benefícios sociais da revolução. A este propósito, em seu estudo precedente, Pedro (2023) aponta que:

se no período colonial era impensável a integração do nativo em qualquer dos setores coloniais, no Estado pós-colonial, apesar da emancipação que colocou, em termos legais, todos os indivíduos em um novo patamar, igualitário, expresso, neste caso, na emancipação política e administrativa, tal pressuposto não significou a integração ... dos indivíduos na esfera econômica, a qual veio a ser definida por via partidária (p. 216).

Desta forma, reduzia-se o número de pessoas que podiam se beneficiar deste novo sistema, representando os cinco por cento de Cécil Rhodes. Foi desta forma que um sistema que se propunha unitário e igualitário passou a excluir a todos os que não mostrassem uma relação explícita com os seus ditames, no interior dos Partido-Estados implantados em Angola, em Moçambique e no Zimbábue. De forma sumária, qualquer pessoa que não estivesse implicada na Voz da Revolução praticamente era excluída ou auto excluía-se. Fora da escolha de um único grupo de diálogo, as premissas para a criação de elitismos entre os movimentos emancipadores na África Austral ancoraram-se na incapacidade de transformar o novo Estado em uma instituição com alguma capacidade redistributiva, tal como havia ocorrido com a fundação do Estado Moderno, enquanto instituição ulterior ao Antigo Regime. Esta instituição, quanto aos seus caracteres, é um Estado que, segundo Foucault, emerge dentro da Europa, entre fins do século XVIII e ao longo do XIX, como um espaço para dar oportunidade aos outros, com a introdução de um poder não superestrutural, mas mais integrado ao jogo, à distribuição, à dinâmica, à estratégia, um poder não conservador, mas inventivo e com princípios de transformação e inovação (FOUCAULT, 1999). Entretanto, tal espírito introduzido para o continente europeu era impraticável para uma situação colonial que era imperativa no continente africano. Segundo Pedro (2010):

ao contrário do que aconteceu na Europa, onde as transformações políticas limitaram o poder da monarquia, assentes (...) [na separação] entre o executivo, o legislativo e o judiciário, conferindo conseqüentemente grande liberdade de ação aos cidadãos, no espaço e na situação colonial, o poder estava circunscrito em um padrão muito rígido que impedia a sua extensão a todos os membros (...) (p. 285).

Seria, de certa forma, impraticável estender ao constrangido a possibilidade de ter uma dinâmica própria e ser inventivo, na medida em que havia sido concebido para cumprir uma demanda metropolitana, em um quadro de complementaridade econômica e do condicionamento industrial entre esta e a colônia. Por via deste carácter retirava-se, definitivamente, a estratégia da competição do nativo/indígena em relação ao pessoal vindo da metrópole ou por esta acomodada. Isso era possível pela presença de um poder dirigista e conservador, com o seu carácter superestrutural, que, para o caso de Moçambique e Angola, era corporizado pelo Estado Novo e na África do Sul e na Rodésia do Sul, pelos regimes minoritários do Apartheid e de Ian Smith, respectivamente. Deste pressuposto deriva, como uma bola de neve, todo o processo subsequente, já que tal situação colonial reproduziu-se no período pós-colonial. De fato, a ausência de uma sociedade equitativa derivou da própria filosofia existencial dos novos Estados, cujos movimentos tinham já projetado um almejado novo pacto social, mas que, pelo monolitismo, dificilmente diferenciaram-se do precedente sistema colonial. A este propósito, Matsimbe aponta que “praticamente, a nova liderança dos Estados independentes reproduziu as instituições, políticas e *modus operandi* coloniais, o que levou a que muito rapidamente os novos Estados se assemelhassem ao antigo regime colonial contra o qual os libertadores lutaram” (2017, p. 61). Nas condições indicadas por Matsimbe, (re)fundaram-se as bases para uma sociedade marcada por abismais diferenças, como o era no período precedente em Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e África do Sul. Uma tal refundação ocorreu em virtude de, tal como aponta Dubar, ter-se ancorado em uma “(...) aprendizagem experiencial [que] permite, por ela própria, a implementação da reflexividade, isto é, a construção de uma identidade reflexiva que devolve sentido a uma prática onde se tem sucesso” (2006, p.158). Nesse diapasão, e estudando especificamente Moçambique sobre a reprodução do colonialismo e do escravismo no cotidiano moçambicano contemporâneo, Pedro aponta que:

grupos geracionais que haviam experimentado formas de vida durante o período colonial e que haviam sido sujeitos a processos coloniais e servil permanentes, puderam reproduzir, no período pós-colonial de Moçambique, vivências hibernadas, enquanto mentefatos ou artefatos, de forma propositada ou não, consciente ou inconscientemente (2023, p. 200).



Para o mesmo autor, para o caso de Moçambique, e no caso em epígrafe, partindo das evidências mobilizadas dos outros países em análise, emergiu uma certa transculturalidade quando houve um transporte de valores culturais entre dois momentos históricos diferenciados, o colonial e o pós-colonial, transpondo um hiato, representado, neste caso, pelas independências nacionais, marco para uma nova etapa, pretensamente bem diferente da precedente (*Ibid*). De certa maneira, é aqui que se esconde um paradigma como o da Colonialidade que “trata-se de uma perspectiva cognitiva [desenvolvida] durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos indivíduos neste padrão de poder” (QUIJANO, 2009, p. 75).

Importa referir que, apesar de, no fim da época colonial, ter havido um equívoco assinalável, ao não terem sido implementados os objetivos projetados no início das lutas armadas, houve um período de graciousidade dada pelos governados, fundamentalmente nos primeiros momentos que se seguiram às independências, por conta de um carisma presente entre os “Pais fundadores” das novas entidades políticas, como foi o caso de Samora Machel, em Moçambique; Agostinho Neto, em Angola; Roberto Mugabe, no Zimbábue e o grande Madiba, Nelson Mandela, na África do Sul. Assim explica-se do porquê, mesmo tendo imperado um monolitismo nos primeiros três países, ao ponto do tal sistema criar um certo alvoroço, por conta da limitação de liberdades fundamentais e sem implementação, com êxito, da capacidade redistributiva do Estado para os respectivos grupos governados, tais primeiros anos de funcionalidade tenham testemunhado várias animosidades hibernadas. De fato, embora a mudança nos quatro países nunca tenha trazido vantagens comparativas à partida, à exceção da emancipação política, tais movimentos tiveram uma implantação relativamente aceitável, cuja revisitação indica ter resultado não só do tal carisma dos “Pais fundadores”, mas, também, em função de cada um dos países, da ação combinada de, mais ou menos, cinco fatores, simultaneamente conexos, a saber:

(i) De um alvoroço emancipatório que, por ora, podia, ainda, prometer momentos subsequentes airosos, já que havia uma crença da implantação de novas práticas, algo que ter-se-á constituído como entrave para possíveis críticas imediatas por parte das massas<sup>14</sup>;

---

<sup>14</sup> A título de exemplo, depois do politburo moçambicano ter feito um diagnóstico das características econômicas até 1979, projetou um plano que antevia a ultrapassagem dos problemas até aí enfrentados. Na sequência, uma década de vitória sobre o subdesenvolvimento de Moçambique foi determinada, de 1980-1990, sendo que, até 1990, tinha que se chegar “(...) com uma indústria desenvolvida, com a indústria de base a funcionar, com a agricultura relativamente mecanizada. Em 1990 têm que estar resolvidos e ultrapassados os problemas da alimentação, do vestuário, do calçado, do desemprego, do analfabetismo, das doenças endêmicas que dizimam o país” (MACHEL, 1979, p. 21-22). Tal como aponta Matsimbe, “O sonho de melhoria de condições dos seus povos foi mais forte nos países que abraçaram a doutrina socialista, que viam na modernização das suas economias o propulsor do desenvolvimento” (2017, p. 65).

- (ii) Da conciliação entre tais partidos monolíticos e os respectivos povos, em uma altura em que os Partidos-Estado que funcionavam a partir do meio urbano procuraram, nesse período, encontrarem-se com o vasto meio social rural que, com base na montagem de uma estrutura tentacular, conseguia cooptar esse meio por via de uma funcionalidade vertical e piramidal, resumindo, subtilmente e em última instância, uma estrutura coercitiva do Estado;
- (iii) Da presença de políticas populistas e pouco pragmáticas nesses primeiros momentos;
- (iv) De uma pretensa ligação operário-camponesa na vanguarda, a qual, simbolicamente, indiciava uma pretensa integração das diferentes categorias e grupos sociais e;
- (v) Da contínua ligação simbólica ou afectiva do pessoal urbano com o meio rural de onde aquele provinha e inversamente constituía-se em recetáculo de novos membros deste último meio, em um momento em que a carência generalizada, presente, principalmente, no meio urbano, obrigava a contínua ligação entre o pessoal deste meio e o espaço rural, por via do qual podiam ser supridas certas necessidades básicas, de entre alimentares e de saúde paralela, reduzindo possível conflitualidade entre a cidade e o meio rural.

Para todos os efeitos, de forma paulatina, os mesmos Estados, por mais que tenham sido menos criticados no início da sua presença nos respectivos países, foram desenvolvendo certas práticas rotineiras que, em última instância, condicionaram o fortalecimento de um núcleo definido por uma ala pequena, base para a formação de elitismo que, a sua antípoda foi a marginalização ou exclusão da maior franja da população. Este processo conduziu, por sua vez, a redução dos contatos e a convivialidade entre governantes e governados, rompendo as relações entre os dois grupos sociais, por conta de um descontentamento dos excluídos. Para o caso exemplificativo de Moçambique, Matsimbe aponta que, “sem ignorar o papel da estratégia de contrarrevolução da Rodésia do Sul e da África do Sul, a emergência da RENAMO também está diretamente associada a este sentimento de descontentamento” (2017, p. 66) interno que passou a pairar logo depois da independência do país.

Um dos pressupostos da exclusão foi criado à volta dos que, aparentemente, haviam estado ao lado do anterior regime colonial. Nesse grupo incluíam-se, inicialmente, os chefes nativos integrados no escalão inferior do quadro administrativo colonial e os brancos. Os primeiros, por ironia de destino e por conta da estrutura administrativa montada, tendo passado a ocupar o último escalão administrativo colonial, em representação das formas administrativas nativas, foram considerados como colaboradores do sistema. Tratados, recorrentemente, como Autoridades tradicionais ou gentílicas, já no período pós-colonial foram vistos como a-sistêmicos por parte dos Estados africanos recém-emancipados. Quanto aos segundos foram enquadrados no grupo dos

excluídos por serem identificados como resquícios do anterior colonizador. Em um país cuja literacia, à altura da independência, situava-se entre 3 a 7%, por isso maior parte da população incapaz de colocar uma distância entre a cor e a prática colonial, condicionou que toda a pessoa com uma tez mais clara fosse identificada com o anterior sistema repressivo. De fato, os brancos eram, sumariamente, olhados com suspeição, pelo simples fato de terem uma pigmentação idêntica à dos portugueses, dando lugar à uma possível exclusão. Finalmente, esse grupo de excluídos passou a incluir, indiscriminadamente, a todos os que não comungassem com o ideal do conceituado Partido libertador, isto é, todos os que não se comportassem à altura das aspirações sistémicas. Geralmente, em Moçambique, eram apelidados de reacionários ou contrarrevolucionários e, em linguagem mais vulgar, de *xiconhocas*, verdadeiros “inimigos do povo”, cuja representação caricatural era de uma pessoa com uma barriga tão grande, trajando fatos desconumais, cheios de garrafas nos bolsos e com ar de despesista.

As exclusões carregavam consigo consequências conexas. Com a exclusão das Autoridades ditas tradicionais ou gentílicas,<sup>15</sup> gestoras e representantes de espaços comunitários que, grosso modo, caracterizavam o meio sociocultural rural, significava a contemplação de praticamente todo esse meio. Tal impacto emergia pelo fato das pessoas continuarem agarradas à sociabilidade primária, tacitamente comunitária ou de vizinhança, já que o contato marginal que estas haviam tido com as instituições implementadas pelas metrópoles coloniais não tinha condicionado a sua agregação ao sistema societário. Com a prevalência do comunitarismo no setor rural, em uma altura em que o Estado recém-implantado dava continuidade ao modelo societário, resvalou-se no desencontro entre os dois. Com a exclusão dos brancos, no caso de Moçambique, ocorreu a falta de mão-de-obra qualificada, nos sectores secundário e terciário, representada maioritariamente pelo pessoal branco. Tal realidade, ao ter-se constituído como corolário do sectarismo laboral anteriormente implementado pelos sistemas nos espaços coloniais em África, recaiu sobre a erosão industrial que, sua vez, reduziu a empregabilidade, culpabilizando-se aos partidos dirigentes e motivo de desdém por um grupo significativo da população.

Outro momento e processo que condicionaram à crispação da relação entre a FRELIMO, o MPLA e a ZANU-PF e as populações que aqueles movimentos haviam augurado a defender, ocorreu quando, depois das guerras entre a RENAMO e as forças governamentais em Moçambi-

---

<sup>15</sup> Esta prática era, em parte, espectável, na medida em que seria difícil escapar-se do esquema seguido na concretização/ formatação do Estado Moderno. O Estado Moderno, iniciado na concórdia de Vestefália de 1648, foi marcado, desde a sua gênese, pela eliminação de maior parte, senão de todos os particularismos sociais, para reduzir ao mínimo as bases de contato com o meio sociocultural local e possíveis conflitos com entidades equiparadas, embora de menor escala. Esta atitude não teve, entretanto, a mesma interpretação entre os governados, que entenderam como um combate ao ecossistema sociocultural local.

que<sup>16</sup>, depois da convulsão da Matabelelândia em relação ao comportamento da ZANU-PF<sup>17</sup>, no Zimbabwe, e depois da guerra civil em Angola<sup>18</sup>, os Partido-Estado não terem conseguido “recuperar” os grupos sociais que ficaram atrelados à Renamo<sup>19</sup>, à Matabelelândia ou à UNITA, em Moçambique, no Zimbabwe e em Angola, respectivamente. As populações dessas zonas foram colocadas no lado daqueles que, falsamente, estavam contra a Frelimo, contra a ZANU-PF e contra o MPLA e, conseqüentemente, contra os respectivos Estados, na aceção dos partidos dirigentes.

Em uma realidade em que estes partidos continuaram a governar o país, à exceção dos poucos sítios urbanos ganhos, durante o período das eleições municipais, pela Renamo, primeiro; e pelo MDM, a seguir; para o caso de Moçambique, ou nas esferas ainda controladas pela UNITA, para o caso de Angola, teria sido, provavelmente, mais fácil, mobilizar os fundos do Estado para redistribuir, sob uma ou outra forma, como, por exemplo, com beneficiações sociais, às essas populações que estavam “no outro lado”. Essa cautela teria propiciado, usando um vocábulo largamente mobilizado nas sextas eleições autárquicas moçambicanas (2023), o “resgate”, a “tomada”, ou o controle dessa população, que continuar a gerí-la como essa outra parte, marginalizada, e, paralelamente, continuando a favorecer, em uma condição clientelista, uma pequena parcela da população ligada à Frelimo e ao MPLA. Um dos exemplos concretos dessa alocação clientelista dos recursos do Estado foi, no caso moçambicano, a alocação de 7 milhões de metiicais (ORRE; SALVADOR, 2012) que o Estado havia programado para o empoderamento dos

---

<sup>16</sup> Depois desta guerra, esboçou-se, com algum grau de implementação, algo curioso no quadro da funcionalidade da administração pública, com a presença de uma dupla administração, principalmente, junto às comunidades rurais e que, nos escalões hierárquicos superiores do Estado, chegou até a influenciar a natureza de eleição dos governadores provinciais, que passou a ser feita por via étnico-regional, como o foi com as segundas eleições gerais de 1999. De certa forma, houve um esboço de reconciliação do Partido no poder em relação às dinâmicas que estavam a ocorrer nas microssociedades rurais.

<sup>17</sup> De fato, como conseqüência de uma gestão parcial do território, ocorreu um “(...) descontentamento radicado na Matabelelândia [o qual] tem vindo a assumir, visivelmente, um caráter cada vez mais organizado, como demonstram a fundação do Imbovane Yamahlabezulu, um grupo de pressão constituído por jovens Ndebeles em torno de reivindicações que são apresentadas como culturais, e a recente refundação da ZAPU (...)” (NICOLAU, 2014, p. 2).

<sup>18</sup> A guerra civil angolana parece ter sido encaixada em um quadro correlativamente territorial entre o sul contra o norte, em um contexto interétnico, algo que parece continuar a estimular algumas contendas até hoje, até ao ponto dos grupos sociais situados na parte meridional de Angola sentirem-se excluídos dos cargos político-administrativos de forma premeditada. Tal realidade é expressa nos seguintes termos: “Nós somos Ovimbundu. Vivemos 300 anos debaixo das humilhações do norte, de Van Dúnem e de outros. Já chega. Os Ovimbundu apoiam-me a cem por cento e eu estou preparado para morrer por eles... Dos Santos nem sequer é angolano, ele é de São Tomé. Não podemos viver debaixo do jugo dos mulatos e dos Kimbundu”. Vide <https://www.pordentrodofafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>

<sup>19</sup> Entretanto é necessário assinalar que este passo foi dissimulado pelo governo da Frelimo, com a tentativa de cooptar as Autoridades Tradicionais, quer a partir de 1994, com a Lei nº 3/94, relativa às municipalidades, ou com a Constituição de 2004, na qual o Estado *reconhece e valoriza a Autoridade Tradicional* mas que, de forma sutil, introduziu escalões administrativos de nível I e II, de onde foram acomodados os Secretários do Círculo, enquanto representantes de base do Partido no poder, cuja funcionalidade continuou a ofuscar os primeiros, representantes reais dos espaços comunitários rurais.

distritos, cujo acesso foi feito em função da pertença ou identificação dos beneficiários ao Partido Frelimo.

Se, em termos da filosofia operativa, a Frelimo e os outros movimentos de libertação da África Austral tinham como bandeira de vanguarda a aplicação dos mais nobres fundamentos de gestão, em termos pragmáticos as mesmas organizações distanciaram-se desse desiderato, o que desaguou no descumprimento de um dos compromissos de charneira para com os respectivos povos e de um dos fundamentos essenciais dos mesmos partidos. No seu lugar, enquanto havia a imposição/manutenção de uma vida definida em função dos padrões ocidentais e do tipo estatal colonial<sup>20</sup>, os governados, isto é, as pretensas bases, continuaram, entretanto, a manter a sua sociabilidade partilhada em um contexto comunitário ou de vizinhança, com as suas práticas locais, parte delas desaconselhadas pelo sistema. Para certas realidades, os aspectos desaconselhados foram um equívoco ou encerraram um fundo falacioso, na medida em que, ao que indicam as evidências, algumas recomendações foram mal recebidas do período colonial ou, então, foram mal aplicadas no terreno, tal como se explica, com exemplos de Moçambique. Neste país, os seus primeiros anos após a independência o salto para a pretensa modernidade coincidiu com um abandono forçado de muitas práticas culturais locais, pelo menos no quadro do sistema formal, como o desaconselhamento de quatro realidades, a saber: o uso de línguas nativas; de plantas medicinais; a rejeição do meio rural e a introdução de estrutura estranha a este último meio.

Quanto ao uso das línguas nativas ora consideradas, erradamente, como dialetos, em Moçambique, em um universo populacional situado entre os 93 e 97%, isto é, onde entre 3 a 7% do total dos cidadãos é que eram falantes de português. A introdução do português como língua veicular nas condições acima descritas constituiu-se um dos fatores de distanciamento entre a FRELIMO e os diferentes espaços sociais presentes principalmente no meio rural. Entretanto, os contornos sobre o uso dessas línguas inicialmente excluídas foram melindrosos. De fato, no caso específico de Moçambique, algo que não terá sido isolado, quando foi conveniente ao mesmo padrão ocidental, aconselhou-se a introdução de práticas indigenistas, com o privilegiamento, até nos sistemas de ensino, de culturas e línguas nativas e currículo locais. Na lógica do raciocínio que está sendo seguido, essa prática terá colocado um freio na mobilidade que estava em ascensão no quadro da aquisição do conhecimento científico a partir das chamadas línguas francas.

---

<sup>20</sup> Sobre tal realidade, de forma sumária, citando Dorman, (2006) e Young, (2004), Matsimbe assinala que “Os partidos libertadores e nacionalistas tomaram o poder com ambiciosos planos desenvolvimentistas, o que significa que, para além da conquista do poder, havia também a necessidade de dar outro formato aos novos Estados independentes (...); contudo, eles acabaram por importar, de forma intacta, relevantes práticas, rotinas e mentalidades da ideologia do Estado colonial (...), aspectos contra os quais haviam lutado, como é o caso do uso da violência, o autoritarismo, a exclusão, a exploração do homem pelo homem, a ideia de existência de cidadãos de primeira e de segunda (os anti-sociais), a continuidade da existência de um inimigo interno (o antirrevolucionário). (2017, p. 63)

Sem obstar por esta prática, entretanto, é necessário assinalar que poucos Estados africanos estão precavidos quanto à introdução das suas línguas nacionais, na medida em que é um processo que não é acompanhado pela criação de condições para a tradução das enciclopédias para estas. Reduzem-se, sobremaneira, as possibilidades e capacidades de aquisição da ciência e da técnica, especialmente, computacional ou cibernética, um dos grandes fundamentos para a integração de qualquer país, incluindo os do continente africano, na propalada (pós)modernidade.

Esse lapso inviabiliza, ainda, a integração de um vasto campo ao que é corrente no interior do meio urbano, onde nem sempre essas línguas são comumente partilhadas. Outrossim, essa introdução torna-se complexa em países multiétnicos, como o são os países considerados neste estudo<sup>21</sup>, entretanto, com as suas variantes, de certa forma, impeditivas, na aplicação de um contexto de ensino que seja equitativo para todos os grupos. Nesse contexto, todos os países debatem-se com a tradução dos melhores tratados para as línguas portuguesa e inglesa, consoante o caso (neste momento, os principais veículos no sistema de ensino secundário e universitário).

A proibição das práticas medicinais dependentes de ervas, em uma altura em que o Estado moçambicano não tinha alguma capacidade para prover o meio rural em postos de saúde, dito, convencionais, constituiu-se outro hiato. Se o encontro entre o Ocidente e a África foi acompanhado pelo necessário conhecimento das práticas medicinais africanas pelo primeiro, retirando-se-lhe apenas a sua dimensão mística e ritualista (TELES, s/d), paralelamente foi desenvolvido um conceito de combate a supostas práticas obscurantistas que deviam ser votadas ao abandono. Se tal atitude foi dinamizada pelas então emergentes metrópoles europeias, visando criar um espaço de manobra para introduzir os medicamentos de origem industrial, química e farmacêutica, então em desenvolvimento, o mesmo discurso foi continuado no período pós-colonial, em Moçambique e em variados quadrantes da África, no geral.

O único estranhamento nesse processo foi que, enquanto o Ocidente desaconselhava a continuidade do seu uso, relegando para o lado da bruxaria e do obscurantismo, continuou a procurar tais plantas com capacidades terapêuticas, e muitas vezes em situação de tráfico, envolvendo, segundo a Organização das Nações Unidas, centenas de bilhões de dólares anuais<sup>22</sup>, de onde sobrevivem provavelmente as parafarmácias e ervanárias europeias, sugerindo um equívoco/ paradoxo. Outrossim, embora esse Ocidente continue a capitalizar o uso de tais plantas com propri-

---

<sup>21</sup> Mesmo o Zimbabwe que, aparentemente, é dominado por duas grandes línguas, o Shona e o Ndebele, as duas contabilizando cerca de 80% da população, o país apresenta pequenas representações de outras línguas dos países vizinhos no seu interior, em mais de uma dezena delas. Apesar de saber-se ser o Zimbabwe um país inclusivo, ao tornar oficial 16 línguas, o desenvolvimento de programas paralelos para todas as línguas condicionaria uma operação financeira incalculável, tratando-se, principalmente, de um país com fracos rendimentos econômico-financeiros.

<sup>22</sup> Unctad quer mais atenção internacional com tráfico de plantas || ONU News. TELES, S/d.

edades medicinais, jamais chegou a redimir-se do fato de ter considerado como uma prática imunda no interior do “mundo africano”. Insere-se, nesse contexto, não apenas um tratamento ambivalente, mas, também, algum traço de desonestidade ética.

Para o caso de Moçambique, por mais que na situação pós-colonial tenha havido, formalmente, uma possível precaução para um tratamento cauteloso da questão da medicina ligada aos ervanários, tal como recomendara o III Congresso, preconizando-se a necessária “(...) valoriza[ção] [d]os aspectos positivos da medicina tradicional e elimina[ção] [d]as práticas obscurantistas (...) dinamiza[ndo] a investigação científica neste campo”<sup>23</sup>; por mais que, em 1977, o Ministério da Saúde tenha criado um Gabinete de Estudos de Medicina Tradicional ou tenha, ainda, havido daí até 1980, uma investigação visando à classificação taxonômica das plantas e suas capacidades terapêuticas (CARVALHO, 2009); a sua concretização no plano real, no interior das comunidades rurais de Moçambique, fora das pessoas que, efetivamente, compreendiam as orientações, foi um autêntico descalabro. De fato, por causa do dominante iletrismo, nem sempre tais orientações tiveram uma interpretação à letra.

Desse desfasamento entre o legal/formal do meio urbano e sua concretização no meio rural, cometeram-se erros que possivelmente nunca foram notícia nos órgãos de comunicação social nacionais. De fato, houve situações em que curandeiros foram obrigados a queimar os seus ossículos e o conjunto de raízes que compunham os diferentes receituários para, em seguida, serem obrigados a consumir a cinza daí resultante, em um espaço público, como medida para o seu desencorajamento.

A rejeição de formas de socialização primária, como os ritos iniciáticos praticados entre o Rovuma e o rio Zambeze;<sup>24</sup> a introdução de Grupos Dinamizadores, Secretários do Círculo e da Célula, estruturas partidárias impostas por via de figuras exteriores ao sistema de agregação societal local, coincidindo com a integração ou construção de *persona non grata* e a introdução de um processo massificado de socialização do meio rural, colocando em causa o povoamento disperso que, por um lado, estava distribuído em função dos ecossistemas ecológicos que conseguiam responder à reprodução econômica local, sem grandes esforços de deslocamento para entreter as herdades familiares, campas familiares e culturas permanentes, todos eles puseram, no

---

<sup>23</sup> Documentos do 3º Congresso da FRELIMO, [1977], p. 72-73.

<sup>24</sup> O autor do presente artigo, e os seus coetâneos, foi sujeito a uma prática de iniciação, em 1980, de cerca de quatro horas. O processo foi conduzido da forma mais secreta possível, para uma cerimônia idêntica que, no período anterior ao da independência, podia levar até um ano, onde os neófitos eram socializados para a vida adulta de uma forma pragmática, em função das estações do ano e dos acontecimentos sociais que pudessem ocorrer em uma aldeia próxima do isolado nicho criado para os tais ritos de passagem. Esse caráter secreto era resultante da sua proibição oficial, de onde as pessoas sabiam que ao serem apanhadas receberiam a consequente penalização pública.

caso moçambicano, em confronto o meio rural e o partido que ora estava a implantar-se no mesmo meio.

Referindo-se ao caso moçambicano, Gentili, (1998), aponta que a Frelimo, enquanto grupo modernizador, ao não ter feito nenhuma consideração às tradições, terá penalizado o mundo tradicional camponês. Terá sido dessa forma que, no seu conjunto, ao terem sido vistos como um ataque ao *ethos* local, tais reformulações condicionaram, inversamente, a rejeição do respectivo mentor, isto é, o Partido Frelimo.

Se nos primeiros anos, circunscritos dentro do primeiro decênio após a emancipação política, existiu uma certa cumplicidade entre os sistemas montados e os governados, que eram a base de suporte dos novos Estados, logo depois desse período, tal realidade passou a desvanecer-se. Para tal, o neoliberalismo veio a constituir-se em acelerador do inicial desfasamento, a ponto de introduzir até um hiato entre os Partidos governantes e a tal base. Tenha sido teórica ou praticamente introduzido nos quatro países da África Austral, o neoliberalismo abriu oportunidades para que todo o mundo viesse a ter uma possibilidade de escolher uma de entre as v'arias possibilidades. Entretanto, tal extensão coincidiu, em um sentido reverso, com a introdução de práticas restritivas dos Estados, como quem quisesse defender-se desse novo mundo cada vez mais aberto a todos e para o espírito crítico. De fato, o neoliberalismo pressupunha uma liberdade que, entendida na acepção Hobbesiana, citado por Altusser, passou a representar um espaço vazio sem obstáculos e que permeia uma liberdade em movimentos internos e externos (ALTUSSER, 1993, p. 92).

Dessa acepção e para fins práticos desta discussão, subentende-se por movimentos internos todos os que possibilitem, no(s) indivíduo(s), a liberdade de pensar sem constrangimento, pensamento esse que pode ser complementado pela conseqüente exteriorização - os tais movimentos externos, traduzível sob forma de ação, ou mesmo na escolha de outras alas e formas de estar em cada uma das esferas sociais, sem se ficar atrelado a determinismo pré-concebido.

O enclausuramento dos partidos, em relação à suposta base de apoio, refletiu-se quase em todos os quatro países, de uma forma idêntica, tal como testificam os processos que, de ora em diante, passam a ser enunciados. A partir desta altura, em Angola, para limitar as propostas hobbesinas, houve, segundo Gomes, um “(...) controle partidário do Estado e da Administração Pública, a captação massiva numa lógica de privatização de recursos nacionais, o controle e a subalternização do sistema judicial, o cerceamento dos media, a política de neutralização da sociedade civil”(2009, p. 3). Essa viragem de Angola é assinalada por Vidal, (2016), que citando Zenha Relá, aponta que:



A verdade é que “o desprezo por quem era privado” tão característico dos anos “heróicos” começa a transformar-se de forma progressiva, em “desejo de também ser privado”, ou seja, em também conseguir a “posse” dos meios de produção sem, no entanto, abandonar os cargos exercidos no partido e no Estado (...). Muitos dos que, em 76, clamavam contra todos que pretendiam “sabotar a economia” começam o seu percurso para empresário (...). (p. 826).

Finalmente, sobre a mesma situação e processo de implantação desse movimento reversivo, Gomes (2009) aponta que:

Num contexto de um conflito civil atroz e da vigência de um sistema de partido único de inspiração marxista-leninista, Angola viveu um longo período de repressão, autoritarismo e violência, cujos efeitos foram sendo magnificados pelo desenvolvimento de formas de governação corruptas e excludentes” (p. 2).

Moçambique seguiu, *ipsis verbis*, a mesma fórmula, a ponto de, até na tentativa de silenciar a sociedade civil, ter vindo a chamá-la de agente ao serviço de Organizações estrangeiras, grupos de arruaceiros ou ser vista como inimiga do país. Da mesma forma que em Angola, de forma resumida, para este período de extensão do neoliberalismo para Moçambique, o Partido-Estado que se formatou durante esta fase tem trabalhado, segundo Matsimbe, citando Melber, 2002; Dorman, 2006; Meneses, 2015b, na base do *slogan*: “quem não está conosco está contra nós” (MATSIMBE, 2017, p. 72). Por essa via, os processos giram à volta dos integrantes do Partido Frelimo, de onde emergem processos clientelistas, cleoptocráticos e, segundo Maschietto (2023), de patronagem, prática que, em outros países, é substituída pelo neopatrimonialismo.

A África do Sul, cujo primeiro quinquênio pós-colonial coincidiu com a expansão do neoliberalismo no continente africano, não teve, por um momento, a possibilidade de incrementar um monolitismo puro, nem implementar as políticas da esquerda, aparentemente desenhadas pelos movimentos de libertação. Para todos os efeitos, durante o governo de Mandela, a África do Sul, mais avisada sobre o seu precedente processo histórico e provavelmente pelos erros dos países da região, empreendeu, depois de 1994, um conjunto de medidas tais como: a contenção da violência física, através do Acordo de Paz Nacional; Criação de confiança e reforço da tolerância política; Estímulo do desenvolvimento como um meio a longo prazo para prevenir conflitos; Desenvolvimento de uma “abordagem estrutural, assumindo que as causas de conflito são estruturais e profundas; Garantia do regionalismo ou devolução da autonomia, bem como a instituição de nova política linguística; para além de uma abordagem institucional, envolvendo um Governo de Unidade Nacional e com executivos provinciais mistos, a instituição de Comissão da Verdade e Reconciliação e da ação afirmativa e igualdade no emprego (KOTZÉ, s/d, p. 1).

Entretanto, aquela característica que parecia esboçar uma ilha de convivialidade sul-africana dentro da África Austral, terá colapsado, quando, depois do mandato de Madiba, o acesso à governação passou a circunscrever-se em uma política de soma zero, com a implantação de processos de corrupção, nepotismo, cleptocracia e partidos divididos em linhas étnicas e raciais, com uma das maiores desigualdades e, principalmente, com o adiamento dos benefícios sociais, como a redistribuição da terra prometida desde 1994 e com um desemprego de até 29%.<sup>25</sup> Desta forma, o ANC veio colocar-se na rota comportamental dos outros partidos que nos outros três países da região em estudo estavam conduzindo nos respectivos Estados pós-coloniais, há mais ou menos década e meia. Sobre tal mudança, Siyabulela Mandela afirma que:

O ANC não é o mesmo (...) que nos libertou, que estava preocupado com assuntos de direitos humanos, bem como direitos econômicos e sociais da população. Não é o mesmo Congresso Nacional Africano dos nossos pais Fundadores, como Nelson Mandela e Oliver Tambo. Não é o ANC pelo qual eles lutaram. Este partido é agora uma máquina de fazer dinheiro, só se preocupa em exercer a cleptocracia (*Ibid.*).

A resultante desta nova realidade tem sido a frustração constante, principalmente nas camadas jovens do país, cujo elevado nível de insatisfação social passou a recair sobre grupos sociais estrangeiros. A caça a estes, em que os zimbabueanos e, com maior enfoque, os moçambicanos, são os mais vitimizados, (aliás, parece que todo o estrangeiro melanizado que é apanhado na África do Sul é de Moçambique!), tem sido recorrente, tal como ocorreu com a perseguição destes em uma condição xenófoba em 2008, 2015, 2019, 2022 e 2023 e que, durante este último ano, envolveu a queima seletiva de viaturas de moçambicanos que se fizessem à terra do Rand.

O Zimbabwe, da mesma forma que os outros Estados-Nações da África Austral, não escapou do comportamento tomado por estes no período em que o Neoliberalismo passou a ter sua influência também sobre o país. Depois de um curto período de tempo com alguma concórdia, na sequência de um período de graças, que acompanhou à junção da ZANU e a ZAPU e a posterior criação da ZANU-PF, que ditou a formação do primeiro governo do pós-independência, o país entrou em colapso institucional, por causa de contrariedades resultantes da ausência das propostas sugeridas quando da luta contra o regime de Ian Smith. Segundo Nicolau:

A percepção cada vez mais generalizada de que a liderança política zimbabueana está profundamente corrompida e se preocupa, acima de tudo, com o seu auto-enriquecimento, alimenta hoje uma boa parte dos protestos populares. Essa percepção (facilitada pelo ostentar de símbolos de *status*, como

---

<sup>25</sup> Alexandre, entrevista da TSF à Siyabulela Mandela, 07 Novembro, 2019.

mansões, automóveis de luxo, telefones celulares, etc.) anda de mãos dadas com a séria deterioração das condições gerais de vida e agudiza a sensibilidade pública, quer para os processos de acumulação de riqueza por parte dos governantes e das suas clientelas, quer para a ausência ou grave insuficiência dos recursos destinados a mitigar as dificuldades da maioria dos cidadãos.... A violência assume-se, assim, como um mecanismo de controle político privilegiado pelo partido dominante para tentar garantir a sua perpetuação (NICOLAU, 2002, p. 170).

Do que foi exposto até aqui, denota-se que por causa da forma de estar e comportar-se, os Partidos-Estado acabaram afunilando os espaços de manobra para todos os que não foram reconhecidos enquanto fiéis seguidores dos sistemas à frente dos destinos internos. Nesse quadro, seguindo a aceção de Luhmann, para demarcar até que ponto um país pode ser enquadrado na Modernidade, com uma parcial exceção sul-africana, as outras entidades políticas da África Austral em análise não se enquadraram nela. A razão desse não enquadramento funda-se no fato de nenhum dos respectivos sistemas políticos ter feito a dissolução da razão transcendente. A segunda razão alia-se à inexistência de um mundo sem centro, “ (...) onde proliferem visões rivais, (...) [um] mundo da contingência, [a qual] (...) conduz, antes de tudo, à realização de uma escolha, de uma seleção e ambas” (GOMES, 2009, p. 6), equivalente àquele mundo com liberdade sem obstáculos de Hobbes, anteriormente mobilizado. De fato, com alguma exceção sul-africana, onde o ANC tem deixado que outras organizações tenham algum espaço de manobra para lutarem pelos seus ideais, nos outros países, como em Angola, em Moçambique e no Zimbabwe, as pessoas são ensinadas a pensar em função dessa razão transcendente, em que a FRELIMO, o MPLA e a ZANU, respectivamente, é que têm a única e última palavra. Não dando possibilidades às outras organizações a aflorarem outras ideias e ideais sobre o respectivo país, a prática torna-se sinônimo de um discurso declaradamente monopartidário. Na situação moçambicana, Pedro, mobilizando Forquilha, afirma que:

não obstante essa heterogeneidade dominar todas as realidades sociais em Moçambique, ou melhor, ser uma característica imanente do país, e mesmo que no período pós-colonial o sistema montado tenha sido pretensamente igualitário, [este] mostra que [aquela heterogeneidade] não tem sido devidamente tomada em conta no processo da construção do Estado. Pelo contrário, a história da construção do Estado pós-colonial em Moçambique tem sido marcada pela negação da heterogeneidade e das diferenças” (PEDRO, 2023, p. 215-216).

Essa auréola monopartidária tem orientado o pragmatismo político, por mais que, em termos legais, haja princípios pluripartidários, e partindo do exemplo moçambicano, torna-se difícil achar-se uma lei que tenha vindo da oposição e tenha passado no Parlamento. Ademais, não há nenhuma manifestação que consiga concretizar-se vindo de fora das organizações que não

sejam da Frelimo (PEDRO, 2023). Entretanto, algo escapa a todos os governos monolíticos e elitistas, ao não considerarem que, seja em que organização for, jamais existiram, pelo menos de uma forma perene, poderes absolutos. A impossibilidade de existirem poderes absolutos, de forma eterna, resulta do fato de, tal como aponta Foucault, “não exist[ir]em relações de poder que sejam completamente triunfantes” (1994, p. 407) ou, tal como argumenta Fisher, pelo fato de todo o poder pressupor a existência de uma troca de dois termos de relações, cuja troca contempla alguma negociação (FISHER, 1994).

Ao não serem considerados estes pêndulos presentes no quadro relacional do poder, em resultado da ausência ou da incapacitação de movimentos similares àqueles que estão a conduzir os processos formais nos respectivos países ou de outros grupos que compõem a sociedade civil, os quatro movimentos correspondentes aos países analisados na presente discussão estão votados a governar com sucessivas crises e com o abandono das respectivas agendas, como tem ocorrido nestes países, até a fase hodierna.

## **Conclusões**

Um olhar retrospectivo ao processo de condução dos movimentos de libertação e aos projetos a eles associados visando à sua implementação, logo depois da libertação política dos respectivos países, indicia a presença de duas realidades paradoxais essenciais e outras conexas, centradas no desencontro entre as propostas fundacionais e as políticas efetivamente implementadas no terreno no período pós-independência de Angola, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe. Genericamente, tendo partido de uma agenda social mais abrangente, acabaram desaguando em um monolitismo imperante, o qual foi móbil de distanciamento entre governantes e governados, mesmo que, de forma cega, os partidos governantes achem controlar a base social nos respectivos países.

O primeiro paradoxo situa-se ao nível do desatino entre a participação de vários movimentos na frente de combate, para um mesmo objetivo emancipatório, e a condução dos destinos nos quatro países, já no almejado período pós-independência, por única organização política. De fato, apesar dos processos terem começado com a participação de muitos grupos com um projeto convergente, os modelos montados neste último período, nos quatro países, com pequenas ressalvas no caso sul-africano, circunscreveram-se em dinâmicas monolíticas e excludentes logo à partida.

A exclusão dos outros movimentos que participaram na emancipação dos seus países não só retirou uma grande franja significativa das pessoas a eles ligados, como perverteu o real

sentido do conceito de “Partidos Históricos ou Libertadores” na medida em que, no lugar de contemplar a todos os demais grupos, sem exceção, propiciou que o termo fosse apenas reservado aos movimentos/partidos que tiveram a possibilidade de conduzir os processos políticos pós-emancipatórios. Correlativamente, os termos dirigentes históricos e o de veteranos, empregados em certas ocasiões para se referirem apenas a figuras ligadas aos quatro movimentos, entra no mesmo diapasão de análise, na medida em que, da mesma maneira que nenhum dos movimentos existiu, primeiro, fora da história, os membros de outras organizações não tiveram protagonismos não menos relevantes que os dos apelidados Partidos Históricos. Assim, o grau de veterano da luta armada nada diminuiria se o mesmo fosse aplicado, por exemplo, a um Jonas Malheiro Savimbi, em Angola; ou a um Uria Simango que, ao que tudo indica, esteve na frente até à aurora da independência. Aliás, mesmo para processos pós-coloniais, houve protagonistas que, no respectivo momento, lutaram por um ideal que marcou uma certa historicidade, seja em Angola ou em Moçambique, como, por exemplo, neste último país, Afonso Marceta Dhlakama.

Em abono da verdade, estas últimas figuras só não podem ser históricas em função das conveniências partidárias ou pessoais. Contudo, no seu tempo, dinamizaram processos pelos quais existem poucos ou nenhuns espaços de manobra para que não sejam considerados protagonismos da História Nacional. Fora isso, o que pode prevalecer é uma perspectiva pessoal, partidária ou consensual que pode adjetivá-los como bons ou maus no processo em que estiveram envolvidos. Mas tais juízos sobre o bom e o mal são, também, carregados de subjetividades e parcialidades, recorrentes em seres humanos, principalmente, quando se associem a benefícios mutuamente vantajosos.

A segunda realidade relaciona-se com o fato de, apesar dos movimentos terem se iniciado com agendas políticas predominantemente da esquerda ou, pelo menos, com uma visão amplamente igualitária, as práticas implementadas no pós-colonial terem sido dissonantes das premissas fundacionais, ao contemplarem apenas um pequeno círculo de pessoas acopladas aos partidos dirigentes, em razão não só do monolitismo introduzido, anteriormente indicado, mas, também, pela aplicação de uma forma de estar colonial. Esta forma de gestão, ao ter sido a única tida e conhecida pelos governantes, e cuja funcionalidade excludente inviabilizou a contemplação de todos os que, de forma premeditada, foram constituídos enquanto “Outros”, veio a constituir-se no primeiro fator que separou governantes e governados e uma das causas das posteriores crises sociais. De forma conexas, o caráter mais emblemático ou recorrente em todo este processo foi o de muitos deles terem partido da rejeição ao imperialismo, para, em um contexto restritivo da funcionalidade do Estado constituírem-se em verdadeiros imperadores internos em relação aos

grupos sociais presentes nos respectivos territórios, do que tem derivado a conotação dos partidários dirigentes de colonos internos. Esta situação resultou, certamente, da não dissolução da razão transcendente e pela contínua centralização dos atos políticos em único partido.

Se, nos quatro países analisados, os primeiros momentos a seguir às independências foram caracterizados por ações *moins reprochables* dos “Pais fundadores” dos recém Estados-Nações, constituindo-se em um grande freio de possíveis críticas aos sistemas monolíticos, aliando-se, ainda, as expectativas postas nos programas de ação pelos respectivos governos, tais processos não puderam resistir à expansão do sistema neoliberal para a região. Este veio reforçar a corrosão da relação inicial, aparentemente saudável, durante o primeiro ciclo quinquenal. Assim, as políticas pouco pragmáticas, ou que não abordaram objetivamente e de forma isenta os processos internos, em um momento em que as carências presentes em cada um dos países agudizaram-se, desaguaram em três processos: a predação de recursos públicos, o autoenclausuramento dos Partido-Estados e o uso da força bruta estatal para a defesa de interesses partidários, pessoais ou de grupo.

A condição predatória emergiu, tal como acima ficou assente, em um momento em que as elites procuraram, perante a introdução da economia de mercado, servirem-se do poder para fins grupais e pessoais, isto é, com a mobilização de recursos públicos para um usufruto privado, ações que, em última instância, resultaram em práticas clientelistas, de patronagem e cleptocráticas. Assim, o autoenclausuramento, capitalizado para contrapor à expansão das liberdades individuais e coletivas que, com a entrada do neoliberalismo, apanharam desprevenidos os Estados monolíticos, foi visto como primeira barreira contra possíveis críticas aos sistemas internos. A ação última foi a introdução de medidas repressivas, com o uso da força bruta, sempre que os Estados não puderam encontrar alguma alternativa para se defenderem das críticas em relação aos sucessivos anos de inércia administrativa.

Tenha sido uma ou ambas realidades, houve o agravamento da insatisfação generalizada dos meios sociais menos favorecidos e o contínuo afastamento destes em relação aos partidos para os quais haviam-se constituído em base de apoio social. Quanto a essa base de apoio, é necessário considerar dois aspectos que têm sido menos postos em consideração na análise da erosão relacional entre aquela base e os respectivos Partidos-Estado, que têm recorrentemente reclamado a posse da única historicidade e se apresentado como únicos representantes daquela base, a estilo, no caso moçambicano: “Moçambique é Frelimo” ou “Frelimo é o Povo”.

Se tais Partidos tiveram um apoio significativo entre os governados, deve-se ter em consideração que um contato pouco saudável ao longo de mais de quatro décadas, sem avanços significativos no cotidiano das pessoas comuns, ter-se-á constituído em fator de redução da

simpatia desse primeiro grupo de apoio. Igualmente, a base de apoio político com que os movimentos de libertação partiram, na década de 70 do século XX, entre as pessoas que se sentiam comprometidas com as “revoluções” por serem, de fato, ativas, já no século XXI deve contar-se com o seu esperado envelhecimento e desgaste.

Transcorrido mais ou menos meio século com um mesmo sistema, eivado de descabros socio-econômicos, com poucas perspectivas abonatórias ou à medida das expectativas do cotidiano de muitos moçambicanos, ou de nacionais de outros países com perspectivas paralelas, dificilmente conseguiu-se manter o mesmo ânimo ao da altura da independência entre os apoiadores dos Partidos-Estado. É assim que, à exceção de poucos com alguma integridade, tais membros de apoio com que os Partidos contavam nos anos 1970, pouco têm a perder em relação aos acontecimentos que têm tido lugar na atualidade e, desde que haja a continuidade de benesses, dificilmente ocorre algum clamor entre eles. O resultado tem sido uma intervenção que, dificilmente, tem estado longe do óbvio.

O segundo caráter dessa massa de apoio relaciona-se ao fato de maior percentagem da população politicamente ativa ser constituída por jovens que, sem algum contato direto ao que ocorreu durante o período emancipatório, senão a partir de narrativas construídas *a posteriori*, dificilmente criam alguma ligação durável com os denominados Partidos libertadores. Ademais, aquelas narrativas nem sempre têm o significado presente entre os que assistiram, *in loco*, a instauração da realidade pós-colonial, sejam os alvoroços desse período ou as guerras civis que existiram, por exemplo, em Moçambique e em Angola.

A ligação estabelecida por estes últimos tem sido, eventualmente, de forma mimética e esporádica; muitas vezes, sem convicção, tendo como mira vantagens que dificilmente proviriam em um curto espaço temporal, em um momento de permanente carência. A esse título, note-se que, mesmo apelando-se para o desdém a grupos que, anteriormente, foram considerados reacionários, como, por exemplo, a UNITA, em Angola ou o COREMO, em Moçambique, ou, muito recentemente, os que se envolveram em contendas militares, como por exemplo a UNITA, em Angola e a RENAMO, em Moçambique, tal discurso pouco tem impactado mentalmente sobre o grupo de jovens. De fato, mesmo situando-se em uma faixa etária que lhes permite participarem na vida política ativa, não puderam, entretanto, acompanhar a realidade da guerra civil. Se a puderam presenciar, tiveram a sua própria narrativa e lógica sobre ela, com a peculiaridade desta ter provindo de várias fontes. Esta nova realidade difere da única informação que era emanada pelos órgãos de informação oficiais no período monolítico e cuja difusão era antecedida de uma grande censura, razão da sobrevivência desse sistema.

O mesmo que ocorre entre os jovens de Moçambique e de Angola, poder-se-ia dizer em relação aos jovens sul-africanos que ouvem falar das barreiras raciais ou das políticas restritivas que existiram durante o Apartheid. Entretanto, atualmente, tais jovens estão em um ambiente onde, apesar das dificuldades, já acopladas ao ANC, não encontram tais barreiras que foram efetivas durante um largo espaço de tempo no seu país. O resgate de uma narrativa sobre o Apartheid do período precedente, em uma circunstância de dificuldades quotidianas agudas, tal narrativa acaba sendo ofuscada por estas últimas, que recaem sobre o governo do dia. Nesse âmbito, quer seja uma narrativa sobre a libertação, quanto uma outra referente às guerras civis, acabam tornando-se vagas para esta última camada. Para esta, o que conta tem sido a sobrevivência do momento que, não sendo conseguida, culpa-se à Frelimo, ao MPLA, ao ANC, a ZANU-PF que estão a governar; e nunca aos que têm sido colocados na condição de vilões da história dos diferentes países.

Das conjecturas feitas, seja para que um dos quatro países for, infere-se que deve haver o abandono da natureza transcendental presente nos Estados, deixando-se de apenas considerar a “filantropia partidária”, mais cinco por cento de Cécil Rhodes, que, mesmo que seja de forma inconsciente, está sendo aplicada pelos partidos dirigentes, ao contemplarem apenas, por via clientelista, os respectivos apoiadores, em detrimento da parte mais significativa da população. Correlativamente, tal ação exige a introdução de um novo figurino no comportamento redistributivo dos Estados-Nações, contemplando todos os demais cidadãos, mesmo àqueles que não comungam com as agendas dos que conduzem oficialmente os Estados. Tal redistribuição deve manifestar-se em alguns pontos que, por serem transversais, contemplem a todos os que estejam sob o mesmo *guarda-chuva* institucional supremo: o Estado e o respectivo sistema governamental. Para tal, é necessário que haja um diálogo permanente e uma desconstrução mental e epistêmica que permeie a integração das contrapartes construídas como “Outros”, “marginais”, “arruaceiros”, “reacionários”, entre outras denominações. Em abono da verdade, tais organizações e grupos jamais estiveram fora da História, nem durante o processo que antecedeu à construção dos Estados-Nações na África Austral, tão pouco, depois que foram colocados em uma condição marginal. Eles influenciaram e continuam a influenciar as dinâmicas internas em cada um dos Estados considerados, fazendo, também, história. Definitivamente, torna-se imperioso o seu resgate, em prol da manutenção de uma concórdia que, em última instância e de forma retroalimentar, garanta a sobrevivência de grupos e indivíduos em circunstâncias onde cada um tenha a possibilidade de fazer as suas escolhas sem que haja algum constrangimento exterior, seja ele implícito ou explícito.



O itinerário, até aqui seguido, induz uma resultante, segundo a qual, a emergência de uma realidade paradoxal, entre o projetado nas frentes de combate nos primórdios da instauração da insurreição armada, e o implementado na filosofia governativa durante o período pós-colonial, no interior das mesmas formações políticas, terá levado a uma erosão relacional entre o que antes foi convencionado como base de apoio daqueles movimentos, a favor de novos grupos políticos, ou à exacerbação de um descrédito à governança e a tudo a ela ligado, como mostram os índices relativos aos processos eleitorais, desde a sua instituição até à fase atual, nos quatro países concernidos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDRE, Ricardo. Entrevista da TSF à Siyabulela Mandela, 07 Novembro, 2019, bisneto de Nelson Mandela, "O ANC de hoje é corrupto, a África do Sul está numa encruzilhada como país" (tsf.pt)

ALTUSSER, Louis. **L'unique tradition matérialiste**. Paris: Edition Hazan, 1993.

BATSÍKAMA, Patrício. Angolanidade: construção das identidades angolanas <https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/angolanidade-construcao-das-identidades-angolanas-por-patricio-batsikama>

BERNARDO, João. **DEMOCRACIA TOTALITÁRIA. Teoria e Prática da Empresa Soberana**. [Sn], s/d.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. 4.<sup>a</sup> ed. Mem Martins: Publicações Europa América, 1984.

BRANQUINHO, José A.G. de Melo. **Prospecção das Forças Tradicionais – Distrito de Moçambique**. Lourenço Marques: SCCI, 1969.

CARVALHO, Lázaro Messias de. **Doença e cura em África. Medicina Tradicional e Pastoral da Saúde no Povo Chuabo. Uma questão de inculturação**. Lisboa: Roma Editores, 2009.

CHANAIWA, David A África Austral. In: Ali MAZRUI, A; WONDJI, Christophe. (eds). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-334.

DUBAR, Claude. **A crise das identidades. A interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

FERRO, Marc. **FALSIFICAÇÕES DA HISTÓRIA**. Edição revista e actualizada. Portugal, PEA, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits (1954 – 1988). III (1976-1979)**. Édition établie sous la direction de Daniel DEFERT et François EWALD. Paris: Éditions Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Les Anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975** (Hautes Études). Paris: Gallimard le Seuil, mars 1999.

FRELIMO, **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO. Directivas Económicas e Sociais.** Microsoft Word - FRELIMO - DIRECTIVAS - 2005 - WORD.doc ([marxists.org](http://marxists.org))

GARCIA, Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença. ANÁLISE GLOBAL DE UMA GUERRA (MOÇAMBIQUE 1964-1974). **Dissertação para a obtenção do Grau de Doutor em História.** Universidade Portucalense. Porto: outubro de 2001.

GENTILI, Anna Maria. **O Leão e o Caçador. Uma história da África sub-saariana.** Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998.

GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz: Angola e as suas transições.** Dissertação de Doutoramento em Sociologia. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, 2009.

KOTZÉ, Dirk. **ÁFRICA DO SUL: GESTÃO DE CONFLITOS NUMA SOCIEDADE DIVIDIDA.** Departamento de Ciências Políticas, Universidade da África do Sul, [Dirk Kotze.PDF \(fes.de\)](http://Dirk.Kotze.PDF(fes.de))

MACHEL, Samora. **Façamos de 1980-1990 a década da vitória sobre o subdesenvolvimento.** Coleção 11- Palavras de ordem. Edição do Partido Frelimo. Maputo: INLD, 1979. [11.pdf \(marxists.org\)](http://11.pdf(marxists.org))

MACHEL, Samora Moisés. O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular. **Relatório do Comité Central ao 3º Congresso.** Documentos do 3º Congresso da Frelimo. [Maputo, sn, 1977] [Untitled \(marxists.org\)](http://Untitled(marxists.org))

MASCHIETTO, Roberta Holanda. **Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique.** Ano 2 / Nº 6 / Abr-Jun 2023, p. 155-175. [Vista do Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique \(emnuvens.com.br\)](http://Vista.do.Os.desafios.e.a.resiliencia.da.democracia.em.Moçambique(emnuvens.com.br))

MATOZO, H. C. Figueiredo, PEREIRA, L. M. Pires e ALMEIDA, V. F. C. de Almeida. UM ESTUDO SOBRE NELSON MANDELA E A LUTA CONTRA A SEGREGAÇÃO RACIAL DURANTE O APARTHEID. Encontro Internacional de Produção Científica, 2017.

MATSIMBE, Zefanias. Partidos libertadores na África Austral. Reflexão sobre os desafios para Moçambique. In **Desafios de Moçambique 2017**, organizado por Luis de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, António Francisco, 61-79. Maputo: IESE, 2017.

MAZRUI, Ali. "Procurai primeiramente o reino político...". In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. (eds). **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília : UNESCO, 2010. p. 125-149.

MAZRUI, Ali. Introdução. In: Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. (eds). **História geral da África, VIII: África desde 1935.** Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-29.

NICOLAU, Victor Hugo. « Poder, clientelismo e violência política no Zimbabwe: a Terceira Chimurenga », **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 2 | 2002, 167-185.

---

ORRE, Aslak ; SALVADOR C. Forquilha. “Uma iniciativa condenada ao fracasso. O Fundo Distrital dos 7 milhões e suas consequências para a governação em Moçambique.” In: WEIMER, Bernhard. **Moçambique: Descentralizar o centralismo. Economia política, recursos e resultados**. Maputo: IESE, 2012, p. 168-196.

PEDRO, Martinho. **La persistance des Autorités Traditionnelles au Mozambique Colonial (1834-1974). Le cas des Mamwene de la Macuana (Nampula)**. Tese de doutorado em História Moderna e Contemporânea. École Doctorale Lettres, Pensée, Arts et Histoire, Université de Poitiers, 2010.

PEDRO, Martinho. Prevalência de traços do escravismo e do colonialismo em práticas coletivas no cotidiano moçambicano. **Práticas da História**, n.º 15 (2022): 183-237, 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-117.

TELES, Edgar. As plantas medicinais e o tráfico negreiro versão nova. (texto apresentado no Symposium Internacional Homem, Natureza e Cultura no percurso da Modernidade)  
[\(17\) As plantas medicinais e o tráfico negreiro versão nova | Edgar Teles - Academia.edu](#)  
[Unctad quer mais atenção internacional com tráfico de plantas | ONU News](#)

VIDAL, N. de F. O MPLA e a governação: entre internacionalismo progressista marxista e pragmatismo liberal-nacionalista. **Estudos Ibero-Americanos**, n. 4, vol. 3, 815–854, 2016.

WILLIAMS, Rocky. The Impact of "Umkhonto We Sizwe" on the Creation of the South African National Defence Force (SANDF). *Journal of Security Sector Management*. Volume 2 Number 1 - March 2004. Published by Global Facilitation Network for Security Sector Reform University of Cranfield Shrivenham, UK. [The Impact of "Umkhonto We Sizwe" on the Creation of the South African National Defence Force \(SANDF\) \(columbia.edu\)](#)

Recebido em: 22/02/2024  
Aprovado em: 15/07/2024